

Volume 1

Supervisão Clínica

Abordagem Centrada na Pessoa

Wagner Durange
Márcia Carla Guimarães
Helga Hofmann
Débora Delázari

Organizadores



matilha

Copyright© Matilha

Responsável editorial: Wagner Durange

Editor assistente: Débora Delázari e Larissa Pereira

Projeto gráfico e capa: Fernanda Fonseca

Diagramação: Stephanye Karoline

Revisão: Os Autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Supervisão clínica na abordagem centrada na
pessoa : volume 1 / organizadores Wagner
Durange...[et al.]. -- Rio de Janeiro :
Matilha, 2025.

Vários autores.

Outros organizadores: Márcia Carla Guimarães,
Helga Hofmann, Débora Delázari.

ISBN 978-65-985317-3-7

1. Abordagem Centrada na Pessoa (ACP)
2. Psicologia clínica - Supervisão I. Durange,
Wagner. II. Guimarães, Márcia Carla. III. Hofmann,
Helga. IV. Delázari, Débora.

25-282702

CDD-150.198

Índices para catálogo sistemático:

1. Abordagem centrada na pessoa : Psicologia 150.198

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização do Grupo
Florescimento Humano Ltda, mantenedora do selo editorial Matilha.

Estrada da Cachamorra, 1180, apt. 306, Campo Grande Rio de Janeiro, RJ |
CEP: 23040-150

(21) 97077-3191 / www.grupogfh.com / livrariaeditora@grupogfh.com

CAPÍTULO 3

O processo de supervisão: reflexões e provocações

Vera Lucia Pereira Alves

Este texto organiza o material que tenho utilizado para aulas no curso de Formação de Supervisores. Seu objetivo, bem como o das aulas, é provocar reflexões e ampliar possíveis conceituações para uma prática de supervisão pouco estudada e sistematizada, mesmo que muito exercida nos meios da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP).

Antes de ser professora neste curso e, portanto, bem antes da produção deste capítulo, eu já exercia a atividade de supervisora há muitas décadas, porém sem jamais pensar em sistematizá-la teoricamente. Assim, louvo a iniciativa do Grupo Florescimento Humano em montar o curso e produzir este livro, pois tal produção fomenta a sustentação teórica para nossas atividades, e propicia o progresso da ACP em nosso país.

Considerarei que o caminho que deveria percorrer para ministrar as aulas deveria ser o de compreender o fenômeno do

processo de supervisão de psicoterapeutas para além da minha experiência pessoal. Discorrer apenas sobre ela seria, a meu ver, uma atitude autocentrada e pouco profícua como tarefa educacional.

Tracei então um percurso de muitas leituras de textos que colegas da ACP escreviam fora do Brasil. Sim, literatura estrangeira, porque no Brasil tínhamos apenas o livro de Rogério Buys, publicado em 1987. É até interessante constatar que *Supervisão de psicoterapia: na abordagem humanista centrada na pessoa*, uma excelente obra de referência, nunca foi retirada de sua exclusividade nacional, mesmo havendo entre nós, brasileiros, grande produção científica sobre a formação de psicoterapeutas na ACP (me incluo entre esses autores). Então, caro leitor, o que você acessará aqui é um texto muito sintético sobre essa literatura, que busca sistematizar meu percurso realizado tanto em solidão nas leituras e reflexões iniciais, como em compartilhamento com os alunos das duas turmas já finalizadas, e que ao final incita algumas provocações sobre aspectos do processo de supervisão.

Intervenções didáticas em supervisão

De acordo com a literatura consultada, o processo de supervisão encontra-se discutido quase que exclusivamente na referência ao relacionamento supervisor – supervisando. Buys (1987), nosso autor brasileiro, é o único dentre os que li que sistematiza o processo de supervisão para além dessa relação. Ele classifica e explicita os tipos de intervenções feitas pelo supervisor.

A supervisão é compreendida por Buys (1987) como uma relação supervisor- supervisando permeada pela presença de uma terceira pessoa – que é o cliente – demandando, portanto, que o supervisor dê atenção ao psicoterapeuta/supervisando e ao cliente. Este, como percebido pelo psicoterapeuta/supervisando.

A abordagem aos dois pode ser tanto experiencial como didática. A abordagem experiencial se dará pela reflexão das emoções do supervisando na relação com o cliente. Na abordagem didática se farão presentes as intervenções teórica e técnica.

De acordo com o autor, as duas formas de abordagem também se presentificam para com o cliente. O supervisor poderá focalizar as emoções do cliente como percebidas pelo supervisando. Também poderá abordar este cliente didaticamente, o considerando sob o ponto de vista teórico.

A intervenção teórica, segundo Buys (1987), capacita o supervisando “[...] com visão ampla e crítica, ao mesmo tempo que profunda, do processo terapêutico.” (p. 29). Contudo, ele alerta não se tratar de pura teorização. Tal intervenção opera como um comentário sobre algo que se compreende do cliente que leva a uma generalização (teoria) ou então que o supervisor, a partir de um comentário geral e teórico, se volte para o vivido do cliente. Esta intervenção deve ocorrer

[...] quando o supervisando não consegue ter uma compreensão do cliente ou da relação entre eles, [e/ou] quando a não compreensão se situa na maneira como o supervisando está lidando com o cliente e a fundamentação teórica desse procedimento (p. 26).

O autor faz ainda três alertas para as intervenções teóricas: i) que elas não sejam extensas, a ponto de fazer o supervisando “perder o fio da meada”; ii) que sejam profundas por buscar “[...] os processos subjacentes à relação psicoterapeuta-cliente”; iii) que sejam efetivas, isso é, que o supervisando as possa sentir em sua profundidade, colocando-as integralmente no contexto de seus conhecimentos.

A intervenção técnica “[...] oferece ao supervisando instrumentos concretos, comportamentos, para trabalhar com seu cliente em psicoterapia” (p. 29). Por tratar-se do *como* abordar o cliente, o autor adverte: i) para que esse tipo de intervenção não venha a tornar a relação terapêutica mecanizada, faz-se necessário que o supervisando tenha compreensão empática para com seu cliente. São as atitudes básicas descritas por Rogers que, segundo Buys articulam teoria e prática na ACP; ii) a efetividade desse tipo de intervenção se dá na medida em que o supervisando se sinta livre para as experienciar de maneira pessoal.

Quanto à intervenção experiencial, Buys (1987) faz referência a partir de sua compreensão do conceito de experiência: a experiência de sentimentos gerados nas relações entre pessoas. Define então a intervenção experiencial na psicoterapia como “[...] a comunicação do psicoterapeuta que focaliza o processo experiencial do cliente modificando-o em algum sentido: ajudando ou prejudicando” (p. 31). Considera-a o instrumento básico do psicoterapeuta e com a mesma função na supervisão.

Para o autor, a intervenção experiencial funciona facilitando algumas condições do psicoterapeuta/supervisando. Tais condições são entendidas por ele como aspectos constituintes da relação psicoterápica:

- a congruência – reorganizando os conceitos que o psicoterapeuta/supervisando tem sobre si;
- a incondicionalidade – reorganizando eventuais conceitos rígidos que o psicoterapeuta/supervisando possa ter para com o cliente;
- a abertura à experiência – organizando os novos conceitos advindos da relação psicoterápica; e
- a empatia – organizando os novos e velhos conceitos no sentido da dimensão da profundidade.

As intervenções de ordem experiencial são tratadas com exemplos no decorrer de seu texto, indicando estarem centradas tanto na pessoa do psicoterapeuta como na pessoa do cliente.

O processo de supervisão é então compreendido pelo autor como composto dessas intervenções teórico-técnicas e experienciais que percorrem três fases, que Buys (1987) refere se organizar sempre nesta mesma ordem:

- i. técnica centrada no psicoterapeuta/supervisando e teórica centrada no cliente;
- ii. experiencial centrada no psicoterapeuta/supervisando e no cliente, e teórica centrada no cliente; e
- iii. experiencial centrada no cliente.

A segunda fase é considerada o momento em que o supervisando dá significado experiencial às intervenções didáticas da primeira fase. E, a terceira, “[...] desaparecem as intervenções experienciais centradas no supervisando” (p. 40), pois este já teria se apropriado da atitude terapêutica em nível profundo,

e suas intervenções experienciais centradas no cliente estar em um crescente. A terceira fase não é alcançada, segundo autor, quando a supervisão ocorre em âmbito universitário devido à finalização da graduação.

Buyss (1987) não aponta quaisquer outras diferenciações entre a supervisão ainda no momento da graduação e a supervisão daqueles já graduados. Contudo, eu gostaria de indicar aqui outros elementos de possível diferenciação. Na graduação, o supervisor, ocupando o lugar de professor, está atribuído a poderes institucionais, como os de reprovar ou aprovar o aluno, bem como quantificar com nota sua "capacidade" para ser psicoterapeuta, conduzir uma sessão, realizar um atendimento psicológico. O aluno, usualmente, não escolhe nem a abordagem de psicoterapia que irá aprender e na qual será supervisionado, tampouco escolhe o supervisor (guardadas exceções em algumas instituições de ensino superior). Ele só poderá fazer tais escolhas depois de graduado, almejando aprimorar-se como psicoterapeuta. Esses são aspectos que, a meu ver, também se encontram profundamente imbricados no relacionamento supervisor-supervisando, imiscuindo-se com o estilo de trabalho, a habilidade, a maturidade emocional e cognitiva dos envolvidos e com a flexibilidade institucional.

A ideia de fases sequenciais que, como preconizadas pelo autor, ocorreriam linearmente dentro do processo de supervisão, me parece algo muito distante daquilo que entendo constituir tal processo. A consideração de que a supervisão durante a graduação é espaço de maior quantidade de intervenções teóricas e técnicas, como explicitado, se refere, obviamente,

no fato de que nesse período ocorrerá a primeira experiência do aluno em um atendimento psicológico; sua primeira vez a articular teoria e prática. No entanto, no meu entender, técnica, teoria e experiência se fazem simultâneas – e não lineares – e podem igualmente ter outros significados.

Questionamentos acerca de posturas técnicas e compreensões teóricas vindos de supervisando, quer na graduação ou já experientes, podem indicar também seu real desejo de compreensão acerca do vivido pelo cliente. Podem configurar o trajeto de empatia que está sendo percorrido na experiência da atividade de psicoterapeuta, configurando seu amadurecimento profissional. Um exemplo simplista pode ilustrar minha compreensão: por vezes, em supervisão daqueles há muito graduados, surge a questão técnica acerca do contrato com o cliente. São aspectos objetivos que ele incorporou no contrato, desde que foram aprendidos, mas que nesse momento deseja sejam revistos em alinhamento ao que experienciam. Experiência de um aspecto objetivo de seu trabalho, aprendido no início de sua formação que agora se altera, com sua maturidade profissional; com as diferenças entre os clientes e, notadamente, com o contexto em que vivem tanto cliente quanto psicoterapeuta. Além disso, não é improvável – mas desejável – que alunos de graduação, ainda sem experiência e com conhecimentos teóricos pouco sedimentados, sejam também capazes de experienciar sensibilidade e empatia para com seus clientes.

Tais ponderações acerca do contexto em que estão inseridos tanto o cliente quanto seu psicoterapeuta em aprendi-

zagem não se encontram aqui complementadas, como seria necessário, mediante o limite para o presente texto. A propósito, é relevante citar que não encontrei abordado pelos autores lidos menções acerca do contexto em que se insere o trabalho do supervisor – semelhante ou diferente do contexto tanto do supervisando quanto de seu cliente. Nenhum apontamento ou comentário quanto à tarefa de um supervisor que supervisiona uma prática para a qual tem experiência, mas que é realizada por seu supervisando em um ambiente/situação que lhe é desconhecido, tampouco foi indicado nesta literatura.

Notadamente, grande parte dos textos sobre supervisão toma por central no processo de supervisão o relacionamento supervisor-supervisando. Ainda que alguns autores acrescentem outros elementos ao processo de supervisão, como Tudor e Worrall (2004), que apontam também necessários: conhecimento, experiência, e generosidade por parte do supervisor. Tais elementos não estão explicitados.

Relacionamento supervisor-supervisando como abordado na literatura

O relacionamento supervisor-supervisando é abordado na literatura como de vital importância, tal qual é o relacionamento para a ACP e para a psicoterapia. É compreendido como um relacionamento baseado nas condições facilitadoras preconizadas por Rogers para a própria psicoterapia. Nesta, o objetivo é facilitar o desenvolvimento do cliente; e na supervisão, o desenvolvimento do supervisando em sua tarefa de psicoterapeuta.

Segundo Tudor e Worrall (2004), a atenção ao relaciona-

mento supervisor- supervisando não foi sempre igual. Eles associam as mudanças de foco à evolução da própria ACP. Consideram que na fase de Terapia Centrada no Cliente o foco era o cliente do supervisando, que era mais facilmente acessado por meio das gravações de sessão. Já na fase ACP, o foco é na pessoa do supervisando.

Concebida a supervisão como uma relação centrada na pessoa do supervisando/psicoterapeuta, essa passa a ser descrita como processo à moda da relação psicoterapeuta/cliente, em que não se cuida dos problemas do cliente, mas sim em facilitar seus próprios recursos de enfrentamento. Contribui para essa concepção os poucos aportes – segundo Tudor e Worrall (2004) – feitos por Rogers.

Na entrevista que concede a Hackney e Goodyear (1984), Rogers considera que a supervisão tem por meta ajudar o supervisando a se tornar confiante e a ampliar sua compreensão sobre o processo psicoterapêutico. A supervisão, segundo ele, deveria ajudar o supervisando a explorar dificuldades que tem com o cliente, bem como seus sentimentos. Rogers considera ainda ser desnecessário criticar o terapeuta, porque acredita que cada um faz o melhor que pode para ser psicoterapeuta naquele momento. Ele também sugere evitar instruções ao supervisando, porque elas não o ajudariam. Rogers compreende a supervisão como uma “forma modificada de terapia”, referindo-a como tal quando o supervisando discute as dificuldades que tem com o cliente, e então olha para si.

Em alinhamento ao apontado por Rogers e em total contraste com muitas outras abordagens teóricas à supervisão, na ACP, são vários os autores que referendam que a ênfase recai

na personalidade do psicoterapeuta/supervisando e no desenvolvimento de suas habilidades psicoterapêuticas em vez de focar nas preocupações individuais de seus clientes (LAMBERS, 2013; MEARNS, 1997; MERRY, 2001).

Constata-se assim quanto à concepção de supervisão, como ela vai se direcionando em uma direta aproximação ao processo de psicoterapia. Aproximação essa que, por sua vez, resulta em uma grande necessidade de diferenciá-las; o que ocorre de forma vaga e apenas pela via da negação: a supervisão não é psicoterapia! Mesmo com a acepção de supervisão como uma forma modificada de psicoterapia aparecendo na literatura consultada, de forma vaga, pouco clarificadora, alguns autores contribuem com aportes que podem ampliar nossas reflexões.

Em um primeiro momento, ressalto o apontamento de Lambers (2000) para o viés implícito em uma abordagem de supervisão ou de psicoterapia focada exclusivamente nos sentimentos (em nosso caso, os do supervisando). A autora indica haver um equívoco comum de que o trabalho centrado na pessoa favorece foco na exploração do sentimento e do reino afetivo da experiência. Ela ressalta que tal imposição de um foco tão estreito, tanto na psicoterapia quanto na supervisão, pode, de fato, criar uma condição de valor: “[...] para ser aceito devo falar sobre sentimentos, ou melhor, mostrar sentimentos”. (LAMBERS, 2000, p. 201). O que ela aponta aqui nos levaria ao reino da condicionalidade em oposição à desejada incondicionalidade, bem como a relações pouco autênticas!

Em um segundo momento, aponto as reflexões de Krupka (2017) quanto às aproximações conceituais entre supervisão e psicoterapia. Segundo a autora, argumentar contra a inclusão de

questões pessoais na supervisão (sentimentos do supervisando, aquilo que experiencia com o cliente) ou defender a utilidade de abordá-las é, em certo sentido, a mesma coisa. Ambas as posições endossam tacitamente a ideia de uma separação do organismo – ambas são fragmentações da pessoa. Tentar uma cirúrgica e limpa separação entre supervisão e psicoterapia é, segundo a autora, algo típico da ideologia neoliberal que exige compartimentalização, neutralização e erradicação dos aspectos pessoais no ambiente de trabalho. Leva ao mito da separação do Eu profissional e do Eu pessoal, requerendo que o pessoal seja profissional.

Em texto de 2014, Krupka, definindo a supervisão como um espaço para ocuparmos lugares cegos e delicados, e onde podemos entendê-los melhor por ser um ambiente de apoio, questiona onde terminaria a supervisão desses lugares frágeis e começaria a psicoterapia. Para resolver a questão, Krupka cita a sugestão de Carroll (1988, *apud* KRUPKA, 2014), para a criação de uma disciplina de supervisão que esteja sozinha e separada da psicoterapia. Nesse mesmo texto, Krupka relata sua experiência com a profissionalização da supervisão na Austrália a partir da criação de disciplinas e de faculdades de supervisão. Ela relata que as abordagens de supervisão centradas na pessoa – embora tenham tentado se afastar de um tratamento fragmentado de supervisor, psicoterapeuta e cliente – usualmente são criticadas e ameaçadas pelas diretrizes legais e éticas da prática a que devem se submeter na realidade do país.

Na continuidade do relato, Krupka (2014) aponta ainda que a profissionalização da supervisão enquadrrou as experiências difíceis dos terapeutas como déficits, e tentou conter a expressão

emocional e pessoal na supervisão. Entretanto, para a autora, em caminhar o terapeuta para psicoterapia a fim de que ele corrija os déficits e, portanto, sua rota de trabalho, é diminuir o próprio potencial da psicoterapia, pois para ela a psicoterapia pessoal é o que mais nos ajuda em nosso trabalho com os clientes, e quando esse relacionamento é bom, desenvolvemos habilidade e confiança.

Krupka (2014) conclui que a supervisão compulsória – algo que ainda não faz parte da realidade brasileira – pode induzir mais uma resposta obediente do que uma resposta reflexiva, e alerta para o fato de que a profissionalização do supervisor possa impedir que psicoterapeuta, supervisor e cliente sejam afetados pelo que é vivido por eles. Ainda segundo Krupka (2017), é necessário que se compreenda que aquilo que ouvimos em espaços de supervisão e psicoterapia revela não apenas uma experiência individual, mas também um processo social.

Reflexões e provocações para o processo de supervisão

Com esse último apontamento de Krupka, introduzo meu estranhamento em relação aos aportes teóricos levantados até aqui. O relacionamento supervisor-supervisando encontra-se apontado como em ação apenas entre esses dois participantes, evocando ao supervisor, no meu entender, um lugar de poder, de responsável pela tarefa, mesmo que essa literatura não o aponte como tal. Explico: É esse supervisor que tem por missão centrar-se na pessoa do supervisando – em acordo com as atitudes facilitadoras de Rogers –, tentando trazer à tona aquilo que é vivido pelo supervisando na relação com seu cliente,

de forma a facilitar o desenvolvimento de seu potencial como facilitador do processo do cliente. Tal missão inclui por vezes intervir também teórica e tecnicamente, clarificando o “como” e os “porquês” envolvidos na atuação do supervisando. O lugar do supervisor fica então designado como o de quem tem uma “super visão”. Contudo, ele não tem experiencição! Em todos esses escritos, não encontrei qualquer menção àquilo que o supervisor possa experienciar nessa situação, e se tal experiência pode ser benéfica ou prejudicial a esse processo.

Meu estranhamento se estende um pouco mais e atinge a quase inexistência do cliente nesse relacionamento. O supervisor trabalha com seu supervisando para o aprimoramento deste no cuidado para com o cliente. No entanto, o cliente encontra-se nesta literatura ocupando um lugar de sujeito quase oculto, acessado na supervisão muito indiretamente e surgindo como elemento cujo vivido ou cujo desenvolvimento exige da supervisão maior compreensão teórica. Compreensão essa nas mãos do supervisor que então esclarecerá a seu supervisando (Buys).

Por outro lado, Mearns (1997) explicita que o cliente não está excluído da supervisão. Mas como o acesso ao seu material é inevitavelmente filtrado pela percepção do supervisor, e, portanto, alterado, opta-se por abordar a experiência direta da relação terapêutica como vivida pelo supervisando.

Troco então a ideia de sujeito oculto por objeto. Tal concepção expressa, a meu ver, uma objetificação. Ou o vivido do cliente é material para clarificação teórica ou nem deve ser tratado, pois estaria “contaminado” por percepções indiretas do supervisor, que não são tão diretas como as de seu psicote-

rapeuta. Sim, o supervisor não tem acesso à suposta verdade acerca do que o cliente do supervisando vive. Mas isso não ocorre também com o próprio psicoterapeuta quando escuta de seu cliente relatos sobre aqueles com quem se relaciona?

Paralelamente, o supervisor operando nessa via objetificado-ra me parece fomentar um ensimesmamento do psicoterapeuta que supervisiona. Seu supervisando será um psicoterapeuta que se desenvolverá quanto mais olhar para si próprio, exclusivamente para seu modo de fazer e seu sentir! E a pessoa do supervisor? Esta aparece igualmente apagada! Ele é o “técnico” que facilitará o ensimesmamento do supervisando. Há um apagamento de sua pessoa, de seu sentir, de seu experienciar.

Compreendo que em um processo de supervisão permeado pela empatia, um supervisor pode se colocar no lugar do supervisando/psicoterapeuta, oferecer-lhe sua compreensão e, simultaneamente, pode também expressar sua própria percepção, semelhante ou diversa. O supervisor pode compreender como esse supervisando se sente, entender o que ele está vivendo e acrescentar nesse relacionamento como ele, supervisor, está percebendo, experienciando tal situação. Ele se apresenta assim, como um Outro. O supervisor pode também exercitar uma compreensão empática ao que se percebe ser experienciado por esse cliente. Apresenta-se, deste modo, como um Outro.

Como nos ensina Schmid (*apud* ALVES *et al.*, 2024) trata-se não de *viver* um relacionamento, mas sim de *ser* um relacionamento. O que eu penso ser possível na supervisão, inspirada por Schmid: “Constituímo-nos pessoas, [e por que não psicoterapeuta e supervisores?], por meio de nossas relações com

os Outros e isto implica em interdependência, solidariedade e responsabilidade” (p. 181).

Há uma interdependência entre os três: supervisor, supervisando e cliente. O mais honesto, a meu ver, é a construção da supervisão como um momento solidário, de ajuda mútua e de trocas com o objetivo de facilitar o aprimoramento do psicoterapeuta. É esta a missão da supervisão? No meu ponto de vista, não acaba aqui a missão do supervisor. A facilitação da profissionalização do psicoterapeuta tem a intenção de que esse cliente possa receber a qualidade de atendimento que merece. Há que haver espaço para a troca de percepções sobre aquilo que ele vive, relata.

Em conjunto com o supervisando, devemos constituir uma relação que ultrapassa os limites da objetividade. Não estamos trabalhando com evidências, não acessamos supostas verdades. Precisamos, no entanto, nos embrenhar em relações constituindo-as a partir daquilo em que somos afetados, quer sejam por fatos, estranhamentos ou percepções. O ventilar das compreensões, no decorrer da supervisão, quer sejam do supervisando, do supervisor ou de outros supervisandos presentes, nos levam a maior imersão no que está sendo vivido pelo cliente.

Como diz Krupka (2017), trata-se de um processo social; e nesse, como diz Schmid, a alteridade se faz primeira. O Outro vem primeiro:

A diferença do Outro, presente na relação, clama por uma resposta, o que demanda um des-centrar-se, o abandono do controle. Implica uma responsabilidade (habilidade de responder), diante do Outro, radicalizada. (ALVES; ARAÚJO; VIEIRA, 2024, p. 185.)

Se a supervisão na ACP tem por “destino” operar à moda

da relação psicoterápica, podemos pensá-la à luz de uma outra ideia de psicoterapia, como registrado em Alves, Araújo e Vieira, para a relação psicoterápica e aqui adaptado para a relação supervisor-supervisando. No lugar de psicoterapia, a supervisão não deve compor:

[...] sistema fechado de unidade e compreensão, sem espaço para estranhamentos. A [supervisão] tem a missão de não fechar uma leitura definitiva sobre a experiência do [supervisando], de forma que esta esteja concluída. A [supervisão] deve ser capaz de sempre promover abertura experiencial e, assim, a criação. O contrário é uma cumplicidade irresponsável entre supervisor e supervisando que totaliza a experiência [...] e encerra o sujeito em si mesmo (2024, p. 186).

Agradecimentos

Agradeço a meus supervisandos que confiam em mim, me possibilitando exercer essa atividade, e agora aprendendo como teorizá-la. Agradeço à Flavia Samel e à Lia Nunes, que ao descreverem como experienciam o processo de supervisão, puderam me ajudar a pensar se a teoria que trato aqui tem se tornado ação. Por fim, mas não menos importante, agradeço a preciosa leitura do texto inicial feita por Carolina Sette Pereira, isentando-a de qualquer responsabilidade sobre o texto final.

Referências

- ALVES, V. L. P.; ARAÚJO, I. C.; VIEIRA, E. M. O eu, o outro e os outros do eu: reflexões sobre a presença da diferença no encontro terapêutico. In: ALVES, V. L. P.; ARAÚJO, I. C.; VIEIRA, E. M.; SAMUEL, F. F. (orgs). **Pessoa, en-contro e psicoterapia: Peter Schmid e a abordagem centrada na pessoa**. Curitiba: CRV, 2024, 196 p.
- BUYS, R. C. **Supervisão de psicoterapia na abordagem humanista centrada na pessoa**. São Paulo: Summus, 1987.
- CARROLL, M. **Counselling supervision: the British context**. *Counselling psychology quarterly* 1(4), 1988, p. 387-396.
- HACKNEY, H; GOODYEAR, K. Carl Rogers's client-centered approach to supervision. In: LEVANT, R.; SHLIEN, R. (eds.). **Client-centered therapy and the person-centered approach: new directions in theory, research and practice**. New York: Praeger, 1984, p. 278-296.
- KRUPKA Z. Challenging supervision: how can person-centred practitioners offer new alternatives to the fracturing of the person in the supervision relationship? In: BAZZANO, M. (ed.), **Re-visioning person-centred therapy: the theory and practice of a radical paradigm**. Abingdon: Routledge, 2017.
- KRUPKA, Z. **Therapy in supervision: responsibility and relationship**. *Psychotherapy and counselling journal of Australia*, 2(1). <https://doi.org/10.59158/001c.71130>, 2014.
- LAMBERS, E. Supervision. In: COOPER, M.; O'HARA, M.; SCHMID, P.F.; BOHART, A. C., (eds.) **The handbook of person-centred psychotherapy and counselling**. 2nd edition. London, Bloomsbury Academic, 2013, p. 453-67.

LAMBERS, E. Supervision in person-centred therapy: facilitating congruence. *In*: MEARNS, D., **Person-centred counselling training**. London: Sage, 1997.

MEARNS, D.; THORNE, B. (eds.) **Person-centred therapy today**. London: Sage, 2000, p. 196-211.

MERRY, T. Congruence and the supervision of client-centred therapists. *In*: WYATT, G. (ed.). **Rogers' therapeutic conditions: evolution, theory and practice**, vol.1: Congruence. Ross on Wye: PCCS Books, 2001, p.174-183.

TUDOR, K. Supervision. *In*: DI MALTA, G.; COOPER, M.; O'HARA, M.; GOLOLOB, Y; STEPHEN, S. **The handbook of person-centred psychotherapy and counselling**. 3rd edition. London, Bloomsbury Academic, 2024.

TUDOR, K.; WORRALL, M. Person-centered philosophy and theory in the practice of supervision. *In*: TUDOR, K.; WORRALL, M. K. (eds.) **Freedom to practice**. Ross-on-Wye: PCCS Books, 2004, p. 11-30.